

**DCI – 11/12/2009**

## **Fiesp quer restituição de tarifa de energia**

Priscila Yazbek Agência Estado

SÃO PAULO - A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) afirmou ontem que não deverá deixar que as distribuidoras de energia elétrica deixem de ressarcir os consumidores do valor da cobrança indevida na tarifa de energia elétrica, desde 2002. A mobilização é praticamente certa, diziam representantes da entidade, durante um evento realizado ontem em São Paulo.

"Nós temos ordens expressas do presidente [da entidade] Paulo Skaf para não deixar esse assunto esfriar nem dia 24 de dezembro entre 11h30 e 0h. Nós vamos intervir claramente, porque nós não estamos falando de 1,5 milhão de indústrias do País. Não estamos falando do interesse do empresário industrial, apenas. Estamos tocando praticamente no interesse de 90% da população brasileira." O discurso inflamado e preciso feito na ocasião é de Carlos Antônio Cavalcanti, diretor titular da Fiesp.

A Fiesp ressaltou que a questão atinge principalmente os micro e pequenos empresários, uma vez que as grandes empresas possuem artifícios jurídicos para pressionar as distribuidoras a devolverem os cerca de R\$ 7 bilhões que pagaram a mais em suas contas. "As empresas grandes e médias, de uma forma geral, ou tranquilamente, ou na justiça, vão se ressarcir disso porque o grande tem condições. E nós, na nossa casa, guardamos as contas dos últimos dez anos: você sabe calcular? O problema que nós estamos falando é da população e do pequeno empresário, do microempresário, do pequeno comerciante, do pequeno industrial que está preocupado com o negócio", explicou Cavalcanti.

### Relatório

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as tarifas de energia elétrica, foi entregue anteontem, dia 9, ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Segundo o presidente da CPI, o deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), as principais conclusões da CPI foram: a cobrança de R\$ 7 bilhões, por uma falha na metodologia de cálculo dos reajustes em que os ganhos das empresas com o aumento do mercado não estavam sendo repassados aos consumidores; e os indícios de diretores e ex-diretores da Aneel que favoreceram e favorecem as distribuidoras de energia elétrica.

"Todos nós, independentemente de classe social, pagamos uma conta de luz que hoje é uma das mais caras do mundo, sem justificativa. A nossa matriz energética é 86% decorrente da hidroelétrica, que é a fonte de matriz energética mais barata que existe no planeta. Não se justifica povo brasileiro pagar uma conta tão alta", disse o presidente da CPI, em debate promovido pela Fiesp sobre a CPI da tarifa de energia elétrica.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já afirmou que em 2010 as contas de luz já serão cobradas com as correções do mercado. A agência ainda não se posicionou sobre o ressarcimento, aos consumidores, dos anos anteriores. Ontem o presidente da Aneel, Nelson Hubner, convocou uma audiência pública para discutir se a compensação será realizada de fato.

**Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, defende que as distribuidoras cumpriram o que estava previsto em contrato, por isso não repassaram os reajustes ao consumidor.

"Quando em 2004 se estabeleceu o novo regramento do setor elétrico, uma das peças importantes para que aquilo fosse de fato uma evolução na nossa regulação foi a manutenção de contratos. Então é isso que está sendo posto em risco sob uma ótica enviesada", argumentou Sales.

O presidente do Acende Brasil sublinha ainda que qualquer mudança no contrato teria caráter unilateral, por isso seria inviável realizar o ressarcimento.

"Não cabe devolução desse dinheiro; a regulação não é feita apenas por um mecanismo, é feita por um conjunto deles: este é apenas um. Isso pode comprometer a estabilidade do setor elétrico brasileiro, forçando a uma mudança unilateral do contrato, coisa que o próprio presidente da República garante, que no Brasil não se muda contrato", justificou Sales. A mesma explicação é dada pelo presidente da Aneel.

O diretor da Fiesp explica, no entanto, que a Aneel possui ferramentas para pressionar as distribuidoras; segundo ele, uma delas é que em 2012 e 2014 os contratos de concessionárias têm vencimento. Ele afirma ainda que os governantes devem intervir junto às distribuidoras em favor dos consumidores.

"Os candidatos têm de ter uma resposta para a população, não dá para esquecer o problema, sair para fazer campanha eleitoral sem resolver o problema, sem resolver o problema do gás aqui em São Paulo e o problema da energia em Brasília; estamos falando de dos dois principais candidatos, a dona Dilma e seu [sic] Serra", explicitou Cavalcanti.